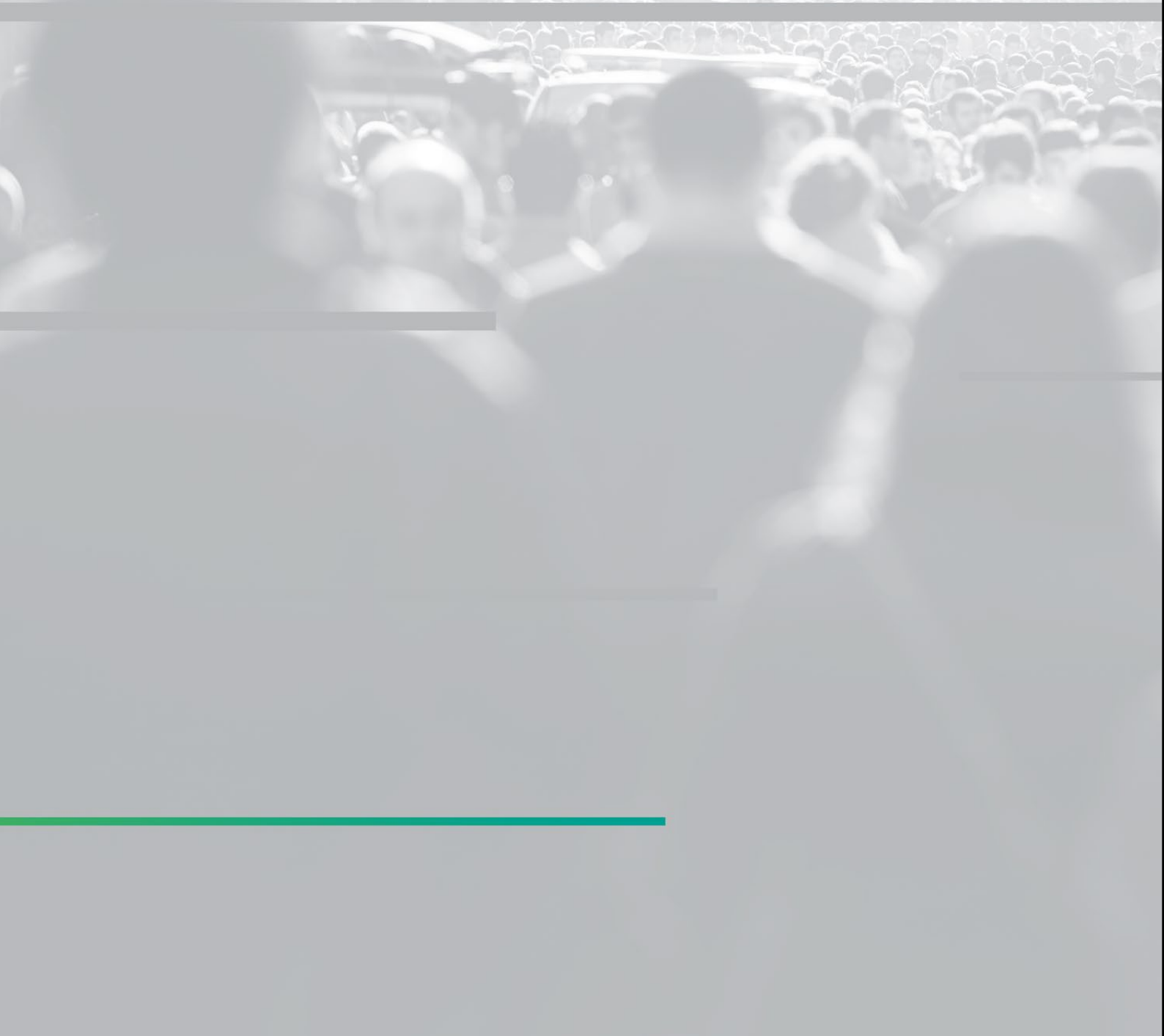




2007 | SICOOB CENTRAL NE

RELATÓRIO ANUAL

2017



SUMÁRIO

Mensagem do Presidente.....	04
Conselhos e Diretoria.....	05
Desempenho do Sicoob NE.....	06
Desempenho do Sicoob Central NE.....	08
Edital de Convocação.....	10
Balanço Patrimonial	12
Demonstrações de Sobras ou Perdas.....	13
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	14
Demonstrações do Fluxo de Caixa	15
Notas Explicativas.....	16
Relatório dos Auditores Independentes.....	30
Parecer do Conselho Fiscal	33

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Mesmo frente às dificuldades provocadas pela grave crise que assola o país, o SICOOB NE encerrou o ano de 2017 com a certeza de dever cumprido e bons motivos para comemorar. O trabalho focado em estratégias de crescimento para as cooperativas do Nordeste resultou em um aumento de 35,7% nos ativos do SICOOB NE. Isso representa um crescimento quase duas vezes superior ao registrado pelo Sicoob Nacional, repetindo-se o feito dos últimos três anos. Um excelente resultado que demonstra a força do cooperativismo no Nordeste e o potencial de nossas equipes.

Também avançamos nas diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração da Central para o crescimento e expansão da rede de atendimento aos associados. Foram inauguradas sete novas agências e nos consolidamos como referência na plataforma de atendimento digital, através dos aplicativos Faça Parte e Sicoob Mobile Banking. Só no Nordeste, cerca de 80%

das transações são realizadas por meio dos canais eletrônicos, o que possibilita o atendimento a associados mesmo em cidades onde não há pontos de atendimento presencial.

Outra conquista foi a ampliação das cooperativas de livre admissão. O Sicoob Ceará e Sicoob Piauí abriram suas portas para grupos de associados de diversas origens e atividades econômicas, ampliando sua atuação nas capitais onde estão presentes. Temos agora atuação aberta em quase todas as regiões metropolitanas do nordeste, exceto ainda por São Luís/MA e Natal/RN que estão em andamento para 2018.

Em novembro de 2017, realizamos com sucesso mais um Workshop de Negócios e Metas e promovemos a última reunião do Conselho de Administração da Central, quando tivemos mais uma vitória. Para adequação da atual estrutura e melhor acomodação dos empregados, foi aprovada a mudança e aquisição de uma nova Sede para a

Central, com instalações mais modernas e seguras.

As conquistas e as responsabilidades aumentam na mesma proporção. Por isso, convocamos todos que compõem o SICOOB NE para continuarmos trilhando esse caminho de sucesso e crescimento. Afinal de contas, assumimos o compromisso de atingir a meta de R\$ 1 bilhão de ativos até o final de 2018. O futuro é desafiador, mas sabemos que, quando seguimos juntos, não há limites para alcançarmos o que desejamos.

Vamos em frente!



Evaldo Campos
Presidente do Sicoob Central NE

CONSELHOS E DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Evaldo Campos

Presidente (Sicoob Pernambuco)

Paulo César de Barros Martins

Vice-Presidente (Sicoob Paraíba)

José Anerão Peres Alvarenga

Conselheiro (Sicoob Centro Leste Maranhense)

Nivaldo do Nascimento

Conselheiro (Sicoob Leste)

Paulo Silvio Mourão Veras

Conselheiro (Sicoob Piauí)

Custódio Ricardo Arrais Neto

Conselheiro (Sicoob Potiguar)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Evaldo Campos

Diretor Presidente (Sicoob Pernambuco)

Paulo César de Barros Martins

Diretor Vice-Presidente (Sicoob Paraíba)

CONSELHO FISCAL

Hermani Felinto de Brito

Coordenador (Sicoob União Paraibana)

Luis Costa Coelho

Conselheiro Efetivo (Sicoob Oeste Maranhense)

Maria Cleidenedia Moraes Oliveira

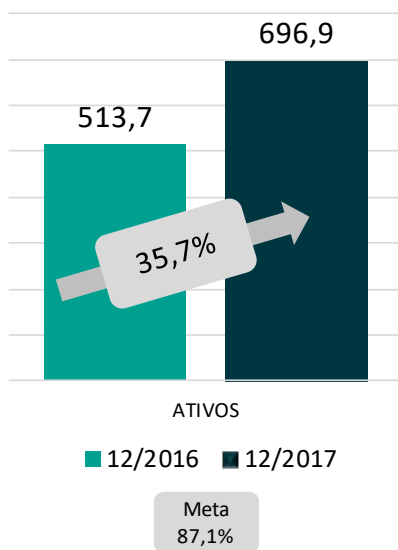
Conselheira Efetiva (Sicoob Coopercret)

Antonio Martins Moreira

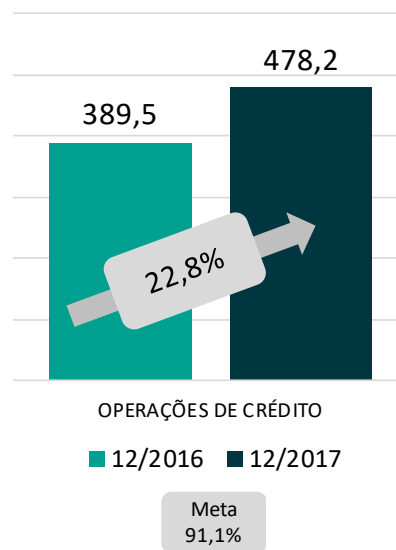
Conselheiro Suplente (Sicoob Ceará)

DESEMPENHO DO SICOOB NE 2017

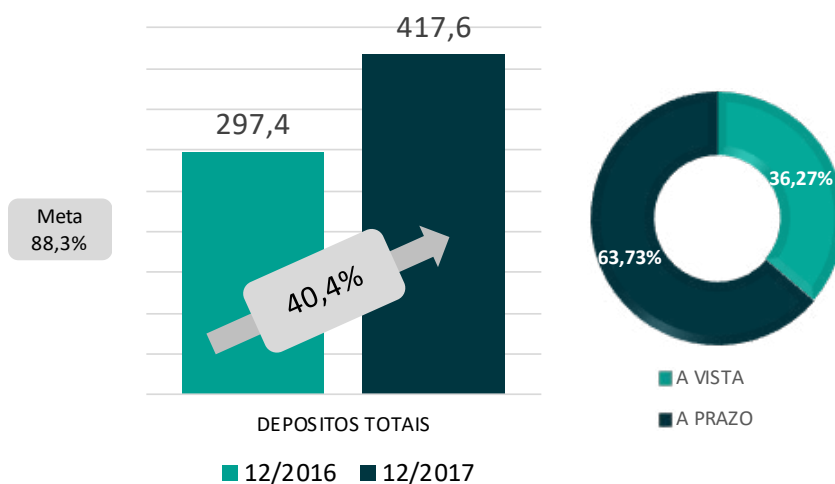
Ativos



Carteira de Crédito

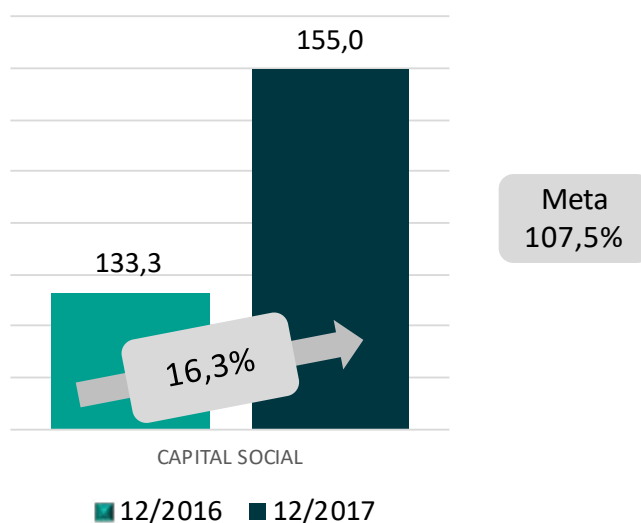


Depósitos

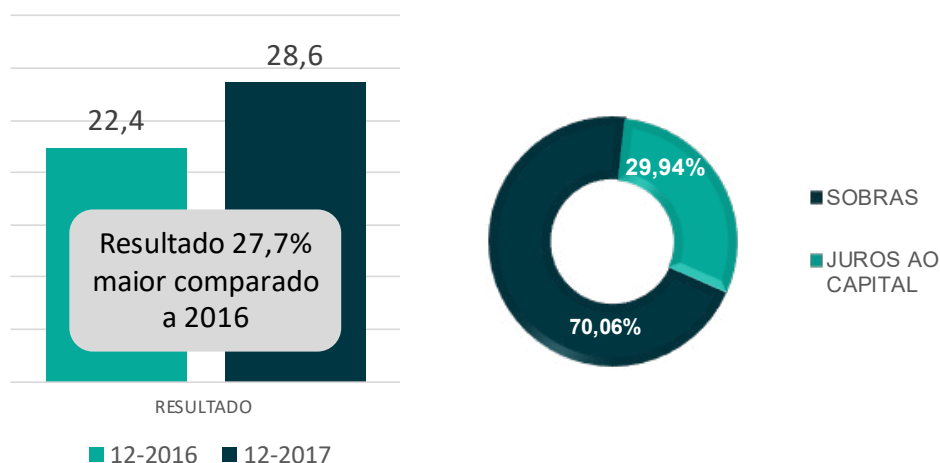


DESEMPENHO DO SICOOB NE 2017

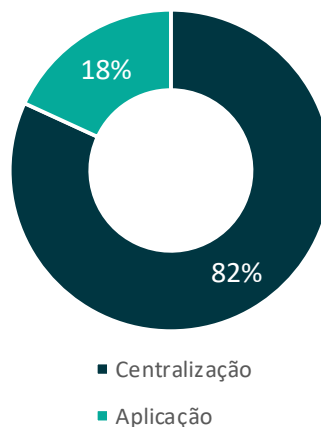
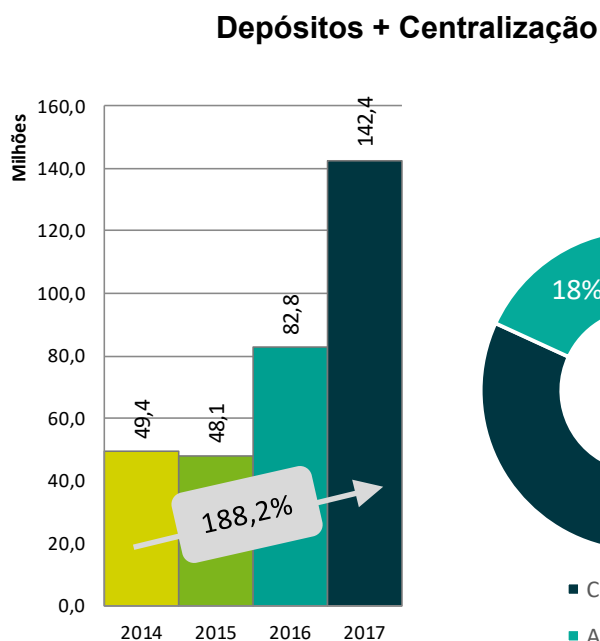
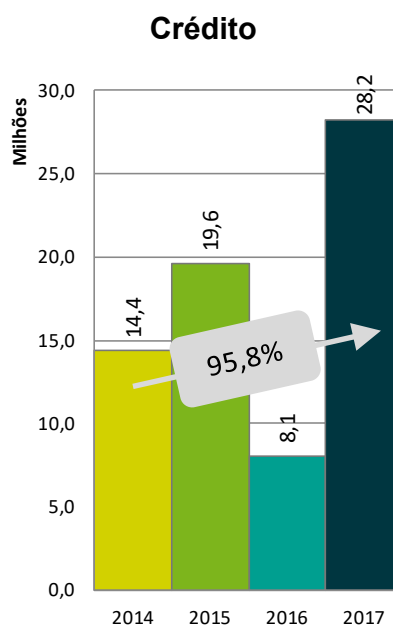
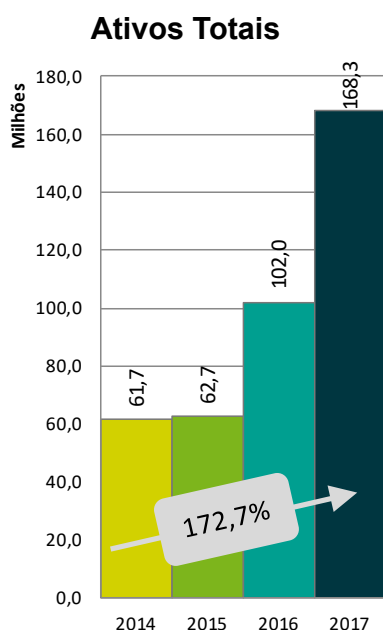
Capital



Resultado Bruto

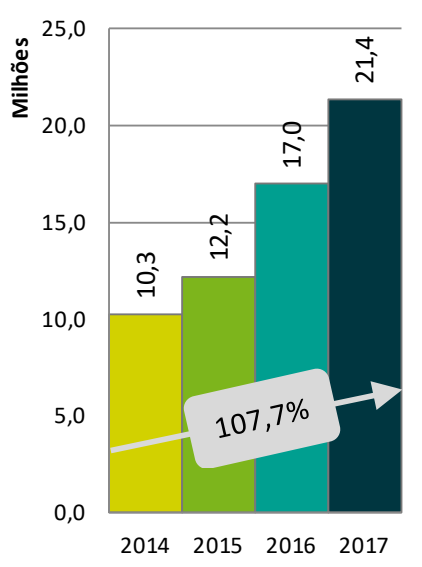


DESEMPENHO DO SICOOB CENTRAL NE

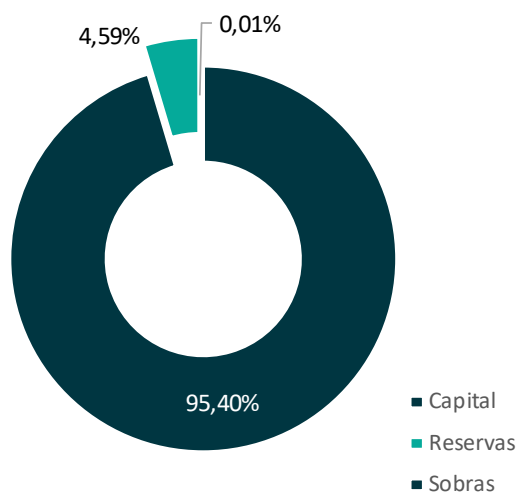


DESEMPENHO DO SICOOB CENTRAL NE

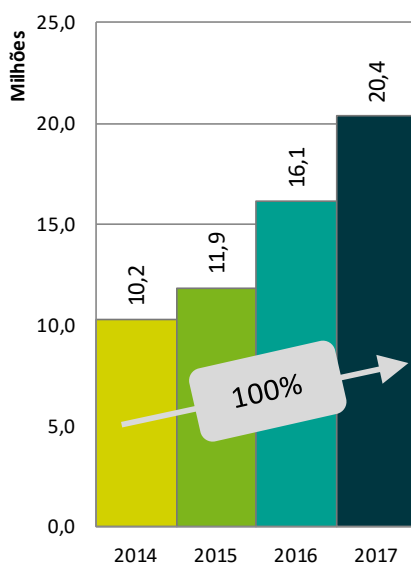
Patrimônio Líquido



Representação do Patrimônio Líquido



Capital Social



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

O Presidente do Conselho de Administração da Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste - Sicoob Central NE, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca as 14 (quatorze) Filiadas, em condição de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará no Hotel Verdegreen, sito a Avenida João Maurício, 255 - Manaíra, João Pessoa/PB, por falta de acomodações na Sede Social, no dia 23/03/2018 às 09h30, com a presença de 2/3 (dois terços) das Filiadas, em primeira convocação; às 10h30, com a presença de metade mais um das Filiadas, em segunda convocação; ou às 11h30, com a presença de no mínimo 03 (três) das Filiadas, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária

1. Prestação das contas do exercício de 2017;
2. Destinação das sobras líquidas apuradas;
3. Fixação do valor global dos honorários, gratificações e/ou cédula de presença dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva;
4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal;

Assembleia Geral Extraordinária

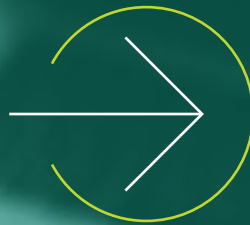
1. Referendar a política de sucessão;
2. Política Institucional de Controles Internos e Conformidade;
3. Regulamento das Atividades de Auditoria Interna;
4. Ampla Reforma do Estatuto Social;
5. Outros assuntos de interesse social, sem caráter deliberativo.

Cabedelo/PB, fevereiro de 2018.

José Evaldo Campos
Presidente



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

		Em Reais	
ATIVO	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		155.663.199,58	91.918.434,80
Disponibilidades		5.198,81	3.005,46
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	56.941.598,38	52.546.404,30
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		56.941.598,38	52.546.404,30
Aplicações em Depósitos de Poupança		-	-
Títulos e Valores Mobiliários	6	73.210.163,39	34.749.061,36
Carteira Própria		73.210.163,39	34.749.061,36
Operações de Crédito	7	24.743.596,06	3.893.949,26
Operações de Crédito		24.866.300,84	3.913.541,96
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(122.704,78)	(19.592,70)
Outros Créditos	8	667.746,51	630.765,91
Rendas a Receber		515.075,03	552.705,91
Diversos		152.671,48	78.060,00
Outros Valores e Bens	9	94.896,43	95.248,51
Não Circulante		12.666.121,48	10.058.879,61
Realizável a Longo Prazo		3.537.840,73	4.251.653,03
Operações de Crédito	7	3.460.871,00	4.174.683,30
Operações de Crédito		3.473.524,34	4.195.661,61
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(12.653,34)	(20.978,31)
Outros Créditos	8	76.969,73	76.969,73
Diversos		76.969,73	76.969,73
Permanente		9.128.280,75	5.807.226,58
Investimentos	10	5.569.372,70	4.799.935,65
Participações em Cooperativas, Banco e Outras		5.569.372,70	4.799.935,65
Imobilizado em Uso	11	3.428.227,01	853.288,40
Imóveis de Uso		-	400.524,65
Outras Imobilizações de Uso		3.758.018,58	1.173.095,83
(Depreciações Acumuladas)		(329.791,57)	(720.332,08)
Intangível		130.681,04	154.002,53
Ativos Intangíveis		268.448,69	245.389,41
(Amortização Acumulada)		(137.767,65)	(91.386,88)
TOTAL DO ATIVO		168.329.321,06	101.977.314,41
		Em Reais	
PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
Circulante		146.986.231,69	84.890.655,64
Depósitos	12	25.823.909,72	27.947.186,52
Depósitos a Prazo		25.823.909,72	27.947.186,52
Relações Interfinanceiras	13	116.600.200,67	54.818.386,83
Centralização Financeira - Cooperativas		116.600.200,67	54.818.386,83
Outras Obrigações	14	4.562.121,30	2.125.082,29
Sociais e Estatutárias		242.356,55	67.187,91
Fiscais e Previdenciárias		283.412,05	120.066,44
Diversas		4.036.352,70	1.937.827,94
Patrimônio Líquido	15	21.343.089,37	17.086.658,77
Capital Social		20.361.374,57	16.106.994,86
De Domiciliados no País		20.361.374,57	16.106.994,86
Reserva de Lucros		980.311,56	719.306,87
Sobras Acumuladas		1.403,24	260.357,04
TOTAL		168.329.321,06	101.977.314,41

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Sobras ou Perdas

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016

		Em Reais		
DSP	Notas	2º Semestre/2017	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.482.221,50	14.101.230,24	11.094.535,08
Operações de Crédito	7	492.469,13	1.170.971,39	2.178.219,68
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	05 e 06	5.989.752,37	12.930.258,85	8.916.315,40
DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(743.463,86)	(2.545.030,18)	(3.007.432,41)
Operações de Captação no Mercado	12	(962.908,24)	(2.450.243,07)	(3.166.778,42)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		219.444,38	(94.787,11)	159.346,01
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.738.757,64	11.556.200,06	8.087.102,67
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS		(5.464.658,68)	(10.737.410,97)	(6.584.431,87)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		5.631,80	9.655,65	7.059,97
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	18	(2.610.965,20)	(5.168.831,52)	(5.083.487,74)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	19	(1.719.562,85)	(3.140.450,13)	(2.838.945,34)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(13.767,33)	(28.763,79)	(27.459,65)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	20	3.759.819,47	7.770.059,64	8.151.508,22
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	24	(127.360,91)	(146.482,26)	(495.821,04)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	13	(4.758.453,66)	(10.032.598,56)	(6.297.286,29)
RESULTADO OPERACIONAL		274.098,96	818.789,09	1.502.670,80
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		637.522,18	586.179,90	(5.151,47)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		911.621,14	1.404.968,99	1.497.519,33
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(149.277,60)	(149.329,48)	(2.960,71)
Provisão para Imposto de Renda		(85.516,27)	(85.540,06)	(1.457,14)
Provisão para Contribuição Social		(63.761,33)	(63.789,42)	(1.503,57)
SOBRAS LÍQUIDAS DOS TRIBUTOS		762.343,54	1.255.639,51	1.494.558,62
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		(558.429,52)	(1.027.578,27)	(1.092.784,38)
SOBRAS APÓS JCP		203.914,02	228.061,24	401.774,24
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(226.658,00)	(226.658,00)	(141.417,20)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		(226.010,35)	(226.010,35)	(21.252,42)
Reserva Legal		(647,65)	(647,65)	(120.164,78)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO			1.403,24	260.357,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016

Em Reais					
Eventos	Notas	Capital	Reservas de	Sobras	Totais
		Capital Subscrito	Sobras Fundo de Reserva	ou Perdas Acumuladas	
Saldo em 31/12/2015		11.851.441,11	259.110,74	340.031,35	12.450.583,20
Ajustes de Exercícios Anteriores					
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas			340.031,35	(340.031,35)	
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização		4.009.426,20			4.009.426,20
Por Devolução (-)		(800.721,34)			(800.721,34)
Sobras ou Perdas Líquidas dos Tributos				1.494.558,62	1.494.558,62
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital				(1.092.784,38)	(1.092.784,38)
Subscrição do Juros ao Capital		1.046.848,89			1.046.848,89
FATES - Atos Não Cooperativos				(1.224,96)	(1.224,96)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
. Fundo de Reserva			120.164,78	(120.164,78)	-
. FATES				(20.027,46)	(20.027,46)
Saldos em 31/12/2016	17	16.106.994,86	719.306,87	260.357,04	17.086.658,77
Ajustes de Exercícios Anteriores					
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas			260.357,04	(260.357,04)	
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização		4.464.710,85			4.464.710,85
Por Devolução (-)		(1.221.563,21)			(1.221.563,21)
Sobras ou Perdas Líquidas dos Tributos				1.255.639,51	1.255.639,51
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital				(1.027.578,27)	(1.027.578,27)
Subscrição do Juros ao Capital		1.011.232,07			1.011.232,07
FATES - Atos Não Cooperativos				(225.902,41)	(225.902,41)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
. Fundo de Reserva			647,65	(647,65)	-
. FATES				(107,94)	(107,94)
Saldos em 31/12/2017	15	20.361.374,57	980.311,56	1.403,24	21.343.089,37
Saldos em 30/06/2017		18.030.796,11	979.663,91	24.147,22	19.034.607,24
Ajustes de Exercícios Anteriores					
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização		1.436.156,65			1.436.156,65
Por Devolução (-)		(116.810,26)			(116.810,26)
Sobras ou Perdas Líquidas dos Tributos				762.343,54	762.343,54
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital				(558.429,52)	(558.429,52)
Subscrição do Juros ao Capital		1.011.232,07			1.011.232,07
FATES - Atos Não Cooperativos				(225.902,41)	(225.902,41)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
. Fundo de Reserva			647,65	(647,65)	-
. FATES				(107,94)	(107,94)
Saldos em 31/12/2017	15	20.361.374,57	980.311,56	1.403,24	21.343.089,37

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016

DESCRIÇÃO	Notas	2º Semestre/2017	31/12/2017	Em Reais 31/12/2016
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas do Exercício		911.621,14	1.404.968,99	1.497.519,33
IRPJ / CSLL		(149.277,60)	(149.329,48)	(2.960,71)
Provisão para Operações de Crédito		(219.444,38)	94.787,11	(159.346,01)
Provisão de Juros ao Capital		(558.429,52)	(1.027.578,27)	(1.092.784,38)
Depreciações e Amortizações		86.580,65	173.597,60	155.871,14
		71.050,29	496.445,95	398.299,37
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		38.956.890,21	(4.395.194,08)	(23.885.184,13)
Títulos e Valores Mobiliários		(11.465.280,07)	(19.928.592,26)	(20.123.350,46)
Operações de Crédito		(13.004.832,49)	(20.230.621,61)	11.717.012,33
Outros Créditos		432.774,81	(36.980,60)	347.022,18
Outros Valores e Bens		16.405,70	352,08	(12.880,96)
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos a Prazo		1.378.010,65	(2.123.276,80)	9.267.143,24
Outras Obrigações		962.882,40	2.437.039,01	(36.389,10)
Relações Interfinanceiras		(6.213.887,64)	61.781.813,84	25.415.872,77
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais		11.134.013,86	18.000.985,53	3.087.545,24
Atividades de Investimentos				
Aplicação no Intangível		-	(23.059,28)	(26.541,54)
Aquisição De Imobilizado de Uso		(2.745.958,16)	(2.702.155,44)	(292.355,03)
Aquisição de investimentos		(14.000,00)	(769.437,05)	(607.468,79)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(2.759.958,16)	(3.494.651,77)	(926.365,36)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		1.436.156,65	4.464.710,85	4.009.426,20
Devolução de Capital à Cooperados		(116.810,26)	(1.221.563,21)	(800.721,34)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		(225.902,41)	(225.902,41)	(1.224,96)
FATES Sobras Exercício		(107,94)	(107,94)	(20.027,46)
Subscrição do Juros ao Capital		1.011.232,07	1.011.232,07	1.046.848,89
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		2.104.568,11	4.028.369,36	4.234.301,33
Aumento / Redução Líquida no Caixa e Equiv. De Caixa		10.478.623,81	18.534.703,12	6.395.481,21
Modificações no Caixa e Equiv. De Caixa				
No Início do Período		22.684.795,67	14.628.716,36	8.233.235,15
No Fim do Período	4	33.163.419,48	33.163.419,48	14.628.716,36
Variação Líquida do Caixa e Equiv. De Caixa		10.478.623,81	18.534.703,12	6.395.481,21

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercício de 2017

1. Contexto Operacional

A **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE - SICOOB CENTRAL NE**, é uma cooperativa de crédito de segundo grau, instituição financeira não bancária, fundada em 25 de abril de 1994, filiada e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. O **SICOOB CENTRAL NE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 07/02/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

2.1 Reapresentação dos saldos comparativos de 2016

Os saldos comparativos, relativos a 30 de junho de 2016, divulgados em conformidade com o previsto no Cosif 1.22.3.9, estão sendo reapresentados conforme a Resolução CMN nº 4.007/11, em razão da correção de erros e/ou mudanças de práticas contábeis realizadas pela Administração da cooperativa, conforme demonstrado a seguir:

a) Demonstração do fluxo de caixa

	Publicação 30/06/2016	Ajustes		Saldo Reapresentado
Caixa líquido aplicado/originado em atividades operacionais	47.072.224,36	(43.984.679,12)		3.087.545,24
Contas com ajustes:				
Depreciações e Amortizações	132.015,67	23.855,47	(a)	155.871,14
Títulos e Valores Mobiliários	-	(20.123.350,46)	(b)	(20.123.350,46)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	(23.885.184,13)		(23.885.184,13)
Aumento líquido das disponibilidades	50.404.015,80	(44.008.534,59)		6.395.481,21
Caixa e equivalentes de caixa início do período	36.894.455,32	(28.661.220,17)	(b)	8.233.235,15
Caixa e equivalentes de caixa final do período	87.298.471,12	(72.669.754,76)	(b)	14.628.716,36

Ajuste para adequação do saldo de recomposição do lucro pelas despesas e depreciações e amortizações efetivamente lançadas ao resultado do período, anteriormente apresentado pela variação do saldo patrimonial de depreciação acumulada.

(b) Reclassificação das aplicações interfinanceiras de liquidez, com vencimento superior a 90 dias e fundo de investimento, de caixa e equivalentes de caixa para atividades operacionais conforme item 7 da CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/08.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

b) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a partir da data de sua aquisição.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez e em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 2.697/2000 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da PCLD, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como pólo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representado substancialmente por quotas do Sicoob Confederação e ações do Bancoob avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Valor recuperável de ativos – impairment

Ao final de cada período de reporte, a Cooperativa avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a Cooperativa estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2017, não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos financeiros.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Centralização financeira

Registradas pelo montante dos recursos das filiadas (cooperativas singulares) centralizados, e incluem os encargos e variações monetárias até a data do balanço.

o) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

O SICOOB CENTRAL NE não possui quaisquer demandas judiciais em que figura com parte ré classificadas como provável ou possível no semestre findo em 31 de dezembro de 2017.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para passivos contingentes, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017 que mereça publicação.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários	5.198,81	3.005,46
Fundo de Investimento - Bancoob Centralização (a)	33.158.220,67	14.625.710,90
TOTAL	33.163.419,48	14.628.716,36

O Fundo de Investimento Bancoob Centralização é utilizado pela Central para gestão de fluxo de caixa e tem características de equivalentes de caixa conforme CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração de 101% do CDI, que resultaram em receitas de R\$ 8.244.935,77 e R\$ 5.806.090,05 em 31/12/2017 e 31/12/2016, respectivamente.

6. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fundo de Investimento - Bancoob Centralização	33.158.220,67	14.625.710,90
Fundo de Investimento - Sicoob institucional	40.051.942,72	20.123.350,46
TOTAL	73.210.163,39	34.749.061,36

Os rendimentos auferidos com títulos e valores mobiliários nos semestres findos em 31/12/2017 e 31/12/2016 foram respectivamente R\$ 4.685.323,08 e R\$ 3.110.225,35.

7. Operações de crédito

A carteira de crédito do **SICOOB CENTRAL NE** era formada em 31 de dezembro de 2017 por operações de cinco cooperativas singulares filiadas, sendo o maior devedor no valor R\$ 17.271.779,49 (61% da carteira) e 3.928.201,69 (48% da carteira) em 31/12/2016 e 31/12/2016 respectivamente.

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	24.866.300,84	3.473.524,34	28.339.825,18	8.109.203,57
(-) Provisões para Operações de Crédito	(122.704,78)	(12.653,34)	(135.358,12)	(40.571,01)
TOTAL	24.743.596,06	3.460.871,00	28.204.467,06	8.068.632,56

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimos	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA	-	Normal	6.268.202,24	6.268.202,24	-	-	-
A	0,5%	Normal	21.071.622,94	21.071.622,94	(105.358,12)	8.108.203,57	(40.541,01)
C	3%	Normal	1.000.000,00	1.000.000,00	(30.000,00)	1.000,00	(30,00)
Total Normal			28.339.825,18	28.339.825,18	(135.358,12)	8.109.203,57	(40.571,01)
Total Geral			28.339.825,18	28.339.825,18	(135.358,12)	8.109.203,57	(40.571,01)
Provisões			(135.358,12)	(135.358,12)		(40.571,01)	
Total Líquido			28.204.467,06	28.204.467,06		8.068.632,56	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	15.859.940,91	9.006.359,93	3.473.524,34	28.339.825,18
TOTAL	15.859.940,91	9.006.359,93	3.473.524,34	28.339.825,18

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(40.571,01)	(199.917,02)
Constituições	(94.787,11)	-
Reversões	-	159.346,01
TOTAL	(135.358,12)	(40.571,01)

e) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Não houve créditos baixados como prejuízo nos dois últimos exercícios, abaixo a composição do saldo atual de prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Créditos baixados entre 13 e 48 meses	16.754,62	16.754,62
Créditos baixados há mais de 49 meses	2.376.785,80	2.376.785,80
TOTAL	2.393.540,42	2.393.540,42

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa Central por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Rendas a Receber	515.075,03	552.705,91
Diversos (a)	229.641,21	155.029,73
TOTAL	744.716,24	707.735,64

Do saldo de diversos o montante de R\$ 76.969,73 refere-se a depósito judicial onde a Cooperativa é réu de processos relativos a ações de cobrança de Execução Fiscal - ISS da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, bloqueado judicialmente em conta corrente e cujo parecer jurídico relativo à probabilidade de perda está classificada como remota, porém sem definição, com suficiente segurança, do prazo de conclusão.

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Material em Estoque	25.645,73	29.047,48
Despesas Antecipadas (a)	69.250,70	66.201,03
TOTAL	94.896,43	95.248,51

Refere-se a despesas antecipadas provisionadas no mês de referência para liquidação em mês subsequente, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, processamento de dados, vale alimentação e refeição e outros.

10. Investimentos

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sicoob Confederação	4.078.453,77	3.494.186,85
Bancoob	1.262.538,53	1.091.368,40
Confebras e CNAC	215.264,00	201.264,00
Telebras e Sicoob adm e corretora de seguros	13.116,40	13.116,40
TOTAL	5.569.372,70	4.799.935,65

11. Imobilizado de uso

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Imobilizações em Curso (a)	3.200.000,00	-	
Edificações (a)	-	400.524,65	4%
Instalações (a)	-	445.294,69	10%
Móveis e Equipamentos de Uso	185.623,96	361.289,16	10%
Sistema de Comunicação	33.347,36	35.244,91	10%
Sistema de Processamento de Dados	336.732,26	328.952,07	20%
Sistema de Segurança	2.315,00	2.315,00	10%
(-) Total Depreciação Acumulada	(329.791,57)	(720.332,08)	
TOTAL	3.428.227,01	853.288,40	

(a) Foi realizada permuta do terreno e das edificações da atual sede do SICOOB CENTRAL NE em troca de 6 unidades de um prédio comercial em construção. O contrato particular de compra e venda firmado entre o SICOOB CENTRAL NE e a imobiliária prevê o pagamento de R\$ 550.000 à vista, R\$ 1.000.000 em 10 parcelas, R\$ 550.000 após expedição do habite-se e ainda o valor de R\$ 1.100.000 correspondente à permuta (R\$ 3.200.000 no total). Essa transação foi registrada pelo seu valor integral como imobilizações em curso em contrapartida de outras obrigações - diversas no passivo e os valores correspondentes à atual sede do SICOOB CENTRAL NE foram baixados em contrapartida do registro desse passivo, resultando em um ganho de capital de R\$ 638.940,72 registrado como receitas não operacionais.

12. Depósitos

Depósitos a prazo mantidos no **SICOOB CENTRAL NE** pelas cooperativas singulares filiadas remunerados em 100% do CDI, incorrendo em despesas de captação de R\$ 2.450.243,07 e R\$ 3.166.778,42 nos exercícios de 2017 e 2016, respectivamente.

13. Relações Interfinanceiras

Refere-se aos valores mantidos pelas cooperativas integrantes do Sistema **SICOOB CENTRAL NE** para fins de centralização financeira remunerada em 100% do CDI, incorrendo em despesas de R\$ 10.032.598,56 e R\$ 6.297.286,29 nos exercícios de 2017 e 2016, respectivamente, classificadas como Dispêndios com Depósitos Intercooperativos.

14. Outras Obrigações

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado De Atos Com Associados (a)	107,94	20.027,46
Resultado De Atos Com Não Associados (a)	225.902,41	1.224,96
Cotas De Capital A Pagar	16.346,20	45.935,49
TOTAL	242.356,55	67.187,91

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa Central, sendo cons-

tituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Contribuição Social	63.761,33	-
Imposto de Renda	82.168,79	-
ISSQN a recolher	33,93	9,46
INSS a recolher	8.610,35	6.200,11
IRRF a recolher	1.170,29	184,35
IRRF a recolher - pessoa física	9.811,28	6.735,67
PIS/COFINS/CSLL a recolher	3.690,57	584,28
IRRF a recolher	25.598,44	22.962,30
INSS a recolher	59.771,71	56.960,67
FGTS a recolher	25.189,39	22.935,59
PIS a recolher	3.511,28	3.425,15
ISSQN a recolher	49,06	33,46
PIS faturamento a recolher	6,38	11,44
COFINS a recolher	39,25	23,96
TOTAL	283.412,05	120.066,44

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações Por Aquisição De Bens E Direitos (a)	1.575.110,45	11.594,25
Obrigações Por Convênios Oficiais	-	40.726,97
Provisão Para Pagamentos A Efetuar (b)	1.876.741,17	1.000.732,63
Provisões de despesas de pessoal (c)	448.034,11	884.624,24
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (d)	133.684,40	-
Credores Diversos - País	2.782,57	149,85
TOTAL	4.036.352,70	1.937.827,94

Obrigações por aquisição de nova sede do **SICOOB CENTRAL NE** ainda em construção em 31.12.2017 conforme Nota Explicativa 11a.

(a) Referem-se a despesas relacionadas a serviços administrativos, tais como auditoria externa, processamento de dados, propaganda e publicidade e serviços de consultas informativas a órgão regulador. Em 2017 foram realizadas cobranças atípicas referentes ao serviço de consultas eletrônicas fornecido Banco Central do Brasil às cooperativas singulares filiadas ao **SICOOB CENTRAL NE**, as quais foram devidamente provisionadas conforme faturas no montante de R\$ 796.455,41. O **SICOOB CENTRAL NE** entrou com recurso administrativo contra as referidas cobranças, motivo pelo qual ainda não foi liquidado o referido passivo.

(b) Referem-se à provisão para despesas com pessoal (Férias, 13º e respectivos encargos).

(c) Refere-se à contabilização, a partir de janeiro de 2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 2.487.449,78, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos

cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

15. Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2017 está composto pelas seguintes contas:

a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado até a data do encerramento do exercício de 2017 apresenta a seguinte evolução em comparação ao exercício de 2016:

	31/12/2017	31/12/2016
Quantidade Cotas	20.361.374	16.106.994
Custo Unitário das Cotas	1	1
Qtde Cooperativas Associadas	14	14

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades nos termos da Lei 5.764/71.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembléia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 31 de março de 2017, os cooperados deliberaram pela destinação total das sobras do exercício de 2016 para aumento da Reserva, no valor de R\$ 260.357,04.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Sobra líquida de tributos e JCP	228.061,24	401.774,24
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(225.902,41)	(1.224,96)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	2.158,83	400.549,28
Reserva legal - 30%	(647,65)	(120.164,78)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(107,94)	(20.027,46)
Sobra à disposição da Assembléia Geral	1.403,24	260.357,04

16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Receita de prestação de serviços	8.605,65	7.059,97
Despesas específicas de atos não cooperativos	(109.415,20)	(377.001,23)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(2.956,15)	(3.034,67)
Resultado operacional	(103.765,70)	(372.975,93)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	586.179,90	(5.151,47)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	482.414,20	(378.127,40)
Compensação de Prejuízo Fiscal	(160.813,66)	(765,27)
Resultado de Atos com Não Associados (Lucro Líquido)	321.600,54	(378.892,67)

17. Provisão de Juros ao Capital

O SICOOB CENTRAL NE provisionou juros ao capital próprio para remuneração do capital das cooperativas singulares filiadas. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A provisão para remuneração foi limitada ao valor de 60%

da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC e está demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

18. Dispêndios com Pessoal

Descrição	2017	2016
Dispêndios de Honorários	(313.499,78)	(256.381,93)
Assistência Médica	(229.811,89)	(180.703,65)
Alimentação do Trabalhador	(701.254,65)	(655.291,52)
Vale Transporte	(5.414,76)	(5.812,64)
Seguros	(24.094,12)	(23.937,16)
Assistência Odontológica	(9.102,03)	(2.076,75)
Auxílio Educacional	-	(7.787,57)
Contribuição Previdência Privada	(26.776,15)	(16.254,28)
Dispêndios de Pessoal - Encargos Sociais	(987.537,60)	(917.876,99)
Salários	(1.853.150,22)	(1.857.503,90)
Horas Extras	(25.892,10)	(2.205,94)
13º Salário	(192.924,64)	(182.936,70)
Gratificações	(182.807,44)	(186.545,62)
Férias	(288.175,20)	(271.577,76)
Férias Indenizadas	(2.684,48)	(636,55)
Multa Sobre Rescisões Trabalhistas FGTS	(86.069,87)	(8.453,41)
Aviso Prévio Indenizado	(31.436,82)	(9.890,86)
13º Salário Indenizado	(2.845,78)	(636,55)
Provisão Reajuste Salarial	(107.423,35)	(15.831,30)
Outros	(2.900,00)	(396.400,00)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(59.757,76)	(33.543,31)
Dispêndios de Remuneração De Estagiários	(35.272,88)	(51.203,35)
TOTAL	(5.168.831,52)	(5.083.487,74)

19. Outros Dispêndios Administrativos

Descrição	2017	2016
Despesas de Água Energia e Gás	(54.936,53)	(40.707,23)
Dispêndios de Comunicações	(146.077,67)	(137.180,27)
Dispêndios de Manutenção e Conservação de Bens	(12.000,00)	(27.139,28)
Dispêndios de Aluguéis	(33.540,40)	(11.500,00)
Dispêndios de Material	(21.871,55)	(17.309,19)
Dispêndios de Seguros	(2.849,54)	(2.472,16)
Dispêndios de Publicações	(5.100,00)	(6.000,00)
Dispêndios de Promoções e Relações Públicas	(9.000,00)	(30.000,00)
Dispêndios de Propaganda e Publicidade	(6.000,00)	(6.000,00)
Dispêndios de Serviços Técnicos Especializados	(445.375,90)	(427.660,00)
Dispêndios de Transporte	(3.595,01)	(3.391,40)
Dispêndios de Viagem ao Exterior	(17.445,98)	(1.500,00)
Dispêndios de Viagem no País	(184.541,95)	(185.645,66)
Dispêndios de Processamento de Dados	(1.094.320,17)	(594.746,25)
Dispêndios de Serviços do Sistema Financeiro	(868.187,87)	(57.772,31)
Dispêndios de Serviços de Vigilância e Segurança	(5.400,00)	(7.030,00)
Dispêndios de Serviços de Terceiros	(7.281,66)	(6.831,38)
Outros Dispêndios Administrativas	(49.328,30)	(1.120.189,07)
Despesas de Amortização	(46.380,77)	(38.936,27)
Despesas de Depreciação	(127.216,83)	(116.934,87)
TOTAL	(3.140.450,13)	(2.838.945,34)

20. Outras Receitas Operacionais

Descrição	2017	2016
Outras Recuperações de Encargos e Despesas	582.837,04	733.137,47
Reversão Provisão para Garantias Prestadas	2.603,04	13.011,65
Rateio das Despesas da Central entre as Filiadas	6.180.000,00	6.562.153,48
Outros Ingressos Operacionais	1.004.619,56	843.205,62
TOTAL	7.770.059,64	8.151.508,22

21. Outras Despesas Operacionais

Descrição	2017	2016
Despesas de Provisões Passivas	(136.287,44)	(13.011,65)
Multa e Juros Diversos	(782,05)	-
Passivos Contingentes	-	(482.404,23)
Outros Dispendios Operacionais	(9.398,04)	(394,60)
Estorno Rendas – Oper. Crédito – Rec. Repassados	(5,54)	-
Contribuição ao Fundo De Ressarcimento p/ Perdas Operacionais	(9,19)	(10,56)
TOTAL	(146.482,26)	(495.821,04)

22. Resultado não operacional

Descrição	2017	2016
Outras Receitas não Operacionais (a)	640.176,78	173,69
Outras Despesas não Operacionais	(53.996,88)	(5.325,16)
Resultado Líquido	586.179,90	(5.151,47)

Deste montante R\$ 638.940,72 ao ganho de capital auferido na permuta do terreno da atual sede do SICOOB CENTRAL NE para aquisição de nova sede.

23. Partes Relacionadas

a) Cooperativas Singulares

Transação	Ativo/ (Passivo/PL)		Receitas/ (Despesas)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Crédito	28.204.467,06	8.068.632,56	1.170.971,39	2.178.219,68
Valores a receber				
Rateio/Alocação Filiadas			6.180.000,00	6.562.153,48
Centralização Financeira	(116.600.200,67)	(54.818.386,83)	(10.032.598,56)	(6.297.286,29)
Depósitos a prazo	(25.823.909,72)	(27.947.186,52)	(2.450.243,07)	(3.166.778,42)
Patrimônio Líquido				
Capital Social	(20.361.374,57)	(16.106.994,86)	(1.027.578,27)	(1.092.784,38)

b) Remuneração de partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central, inclusive diretores. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios concedidos pelo **SICOOB CENTRAL NE** do pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017	
Honorários	(313.499,78)
Encargos Sociais	(83.319,29)

24. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a conseqüente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

24.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA). Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB CENTRAL NE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, o **SICOOB CENTRAL NE** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o **SICOOB CENTRAL NE** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB CENTRAL NE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o **SICOOB CENTRAL NE** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo

do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB CENTRAL NE** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

24.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB CENTRAL NE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o **SICOOB CENTRAL NE** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

25. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de perda em determinados questionamentos em que a cooperativa é parte envolvida.

A Cooperativa não possui demandas jurídicas em que figura como polo passivo classificadas com chance de perda possível ou provável por seus consultores jurídicos.

26. Seguros Contratados – Não Auditados

O **SICOOB CENTRAL NE** adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência (RWA_{RPS})	21.243.988,00	17.001.027,32
Patrimônio de Referência ($RWA_{RPS} + ACP$)	6.255.132,53	11.206.742,45
Capital Principal - CP	2.680.771,08	6.403.852,82
Nível I	3.574.361,45	7.604.575,23
Adicional de Capital Principal - ACP	744.658,63	2.001.204,01
Índice de Basiléia %	35,62%	21,24%
Razão de Alavancagem (RA) %	12,39%	15,07%
Índice de imobilização %	17,36%	6,68%

Cabedelo/PB, 31 de dezembro de 2017

José Evaldo Campos
Diretor Presidente
CPF: 030.067.274-87

Jiuliharleane Jeronimo Gomes Oliveira
Contadora
CPF: 089.386.237-18
CRC: ES-014193/O-7 S-PB

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste – Sicoob Central NE Cabedelo - PB

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste – Sicoob Central NE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Central NE em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme Nota Explicativa 11.a, o Sicoob Central NE adquiriu 6 (seis) unidades de um prédio comercial em construção dando como parte do pagamento as edificações e o terreno de sua atual sede, valorizado na transação em R\$ 1.100.000,00. Essa transação foi registrada integralmente no ativo imobilizado em curso no montante de R\$ 3.200.000,00 em contrapartida de outras obrigações - diversas no passivo. O valor de R\$ 461.059,28 (líquido de depreciações acumuladas) correspondente à atual sede do Sicoob Central NE foi baixado em contrapartida desse passivo. Em nosso entendimento, o contrato particular de compra e venda firmado entre o Sicoob Central NE e a imobiliária, não prevê a transferência do controle e dos riscos e benefícios entre as partes relativos aos imóveis envolvidos na transação até que haja a entrega das unidades permutadas. Dessa forma, caso a administração tivesse registrado tal transação em conformidade com a Resolução CMN 4.144/2012 o imobilizado estaria, em 31 de dezembro de 2017, reduzido em R\$ 2.738.940,72 e as outras obrigações em R\$ 1.550.000,00. O impacto contábil da transação em 31 de dezembro de 2017 se resumiria ao registro das antecipações de pagamento realizadas até esta data, no montante de R\$ 550.000,00, na conta de outros créditos do ativo circulante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Central NE para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 27 de janeiro de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Central é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 26 de fevereiro de 2018.

Vinícius Gasparino Rezende de Souza Contador CRC DF 019168/O-6
CNAI 2068



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste - SICOOB CENTRAL NE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após o exame mensal dos Balancetes, das Demonstrações Financeiras e Contábeis e do Relatório da Administração, relativos ao período de julho a dezembro de 2017 e ao exercício de 2017, bem como, considerando o acompanhamento e fiscalização realizados ao longo do exercício social, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central.

O parecer do Conselho Fiscal é favorável e recomenda que os documentos acima citados sejam aprovados pelas filiadas cooperadas na Assembleia Geral Ordinária.

Registramos que as observações feitas por este Conselho Fiscal, no decorrer do exercício findo, ao SICOOB CENTRAL NE foram devidamente consideradas.

Cabedelo/PB, 24 de janeiro de 2018.

Hermani Felinto de Brito
Conselheiro Fiscal - Coordenador

Luis Costa Coelho
Conselheiro Fiscal

Maria Cleidenedia Morais Oliveira
Conselheiro Fiscal

SICOOB

O nordeste inteiro fazendo parte

Sicoob Central NE | 2007

Cabedelo - PB

Sicoob Ceará | 3357

Fortaleza - CE

Sicoob Leste | 3360

Maceió - AL Salvador - BA
Aracaju - SE Arapiraca - AL

Sicoob Coopercret | 4180

João Pessoa - PB
Cajazeiras - PB

Sicoob Potiguar | 4194

Natal - RN

Sicoob União Paraibana | 4292

João Pessoa - PB

Sicoob Piauí | 4353

Teresina - PI
Timon - MA

Sicoob Norte Maranhense | 4595

São Luis - MA

Sicoob Centro Leste Maranhense | 4436

Grajaú - MA
Barra Do Corda - MA
Tuntum - MA
Sítio Novo - MA
Bacabal - MA
Pedreiras - MA
Codó - MA
Presidente Dutra - MA
Formosa Da Serra Negra - MA

Sicoob Sul Maranhense | 4618

Balsas - MA

Sicoob Centro Nordeste | 3358

João Pessoa - PB
Natal - RN
Recife - PE

Sicoob Pernambuco | 4293

São José Do Egito - PE
Afogados Da Ingazeira - PE
Prata - PB
Tuparetama - PE
Ouro Velho - PB
Monteiro - PB
Carnaíba - PE
Tabira - PE
Itapetim - PE
Santa Terezinha - PE
Gravatá - PE
Bezerras - PE
Arcoverde - PE
Santa Cruz Do Capibaribe - PE
Recife - PE
Garanhuns - PE
Serra Talhada - PE
Teixeira - PB

Sicoob Paraíba | 4480

Campina Grande - PB
Queimadas - PB
Esperança - PB
João Pessoa - PB
Campina Grande - PB
Patos - PB

Sicoob Oeste Maranhense | 4437

Açailândia - MA
Cidelândia - MA
Imperatriz - MA
Santa Inês - MA
Santa Luzia - MA
Itinga Do Maranhão - MA
Bom Jesus Das Selvas - MA
São Francisco Do Brejão - MA

Central de Ouvidoria

0800 725 0996

Atendimento seg. a sex.: 8h às 20h

www.ouvidoriasicoob.com.br

Deficientes auditivos ou de fala

800 940 0458

Demais serviços de atendimento

ww.sicoob.com.br/fale-conosco

SIGA O SICOOB NE NAS REDES SOCIAIS



Sicoob Nordeste



@sicoobnordeste

